



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO VII - Nº 112 - 1ª QUINZENA DE JUNHO DE 1995 - R\$ 1,00

**Pela Greve Geral por tempo indeterminado!**

**Formar comitês de luta em todo o país!**

**Abaixo o plano de fome,**

**antinacional e antipopular de FHC!**

**Greve Geral por tempo indeterminado para arrancar:**

**Reposição de todas as perdas salariais - Salário mínimo de 1200 reais**

**Redução da jornada de trabalho para 6 horas sem redução de salário**

**Garantia do emprego para todos os trabalhadores**

**Punição aos massacres e entrega das terras aos sem-terra**

**Defesa da aposentadoria por tempo de serviço para todos**

**Fim das privatizações e reestatização sob controle operário**

**Abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC**

**Eleições Municipais: Resposta ao PSTU**

# A quinzena de luta do movimento operário

As demissões continuam em massa e os operários se mobilizam em solidariedade aos companheiros demitidos. Os empregados e desempregados devem se unir para lutar pela jornada de trabalho de 6 horas, sem redução dos salários, para garantir trabalho a todos. Os burocratas dos sindicatos traem a classe operária ao negociarem o desemprego e propor aos patrões "concessões".

Os trabalhadores estão sendo demitidos pelos empresários. São estes capitalistas gananciosos, donos dos meios de produção, que nos pagam o salário de fome e nos colocam no olho da rua. São estes sangue-sugas que não pagam nossos direitos, as rescisões e FGTS. Para os operários empregados, se reajustam os salários em algumas migalhas, na data-base, eliminam direitos conquistados, como cesta básica, vale-transporte, convênio médico gratuito etc.

A atuação política dos empresários é a política da classe burguesa (sua própria classe), isto é, acumular riqueza através da exploração da classe operária.

Os operários têm de desenvolver sua própria atuação política, que é a política da classe operária, isto é, acabar com a situação de miséria e a fome da maioria da população. Os burocratas se transformaram em funcionários sindicais a favor do governo e dos patrões. Não têm defendido os trabalhadores nem levado uma luta direta contra a política antipopular de Fernando Henrique Cardoso.

Agora vem aí o contrato coletivo de trabalho por tempo determinado para reduzir a folha de pagamento (encargos sociais) das empresas privadas.

O projeto de lei de greve do governo prevê multa de 500 salários

mínimos por dia para o sindicato que permanecer em greve contra a decisão da justiça.

A cada medida do governo a classe operária vai conhecendo que as leis são feitas pela classe burguesa para os interesses dela mesma; da injustiça burguesa, que não multa os capitalistas, quando estes não acatam decisão da justiça sobre reajustes salários, não pagam as rescisões, fraudam, não depositam o FGTS, INSS etc., mas nocauteiam as entidades sindicais.

\* As fábricas do grupo **Plasmatic** (Amplimatic e Metalbrás) exploram os operários de várias maneiras. Não depositam desde 1989 o FGTS, devem verbas rescisórias, não pagam o piso salarial, descontam o INSS dos salários mas não repassam à Previdência. Outra maneira de burlar a lei e reduzir a folha de pagamento é o trabalho de presos de Taubaté, que recebem R\$ 40,00 por mês e 41 menores sem registro em carteira.

\* Patrões do **Tapetes Bandeirantes** acabam com vale-transporte. Têxteis paralisam.

\* Borracheiros pressionam patrões da **Pirelli** e **Firestone** para que entreguem cartas de renovação das cláusulas sociais. Caso contrário, entram em greve Vapt-vupt. Pressão amolece patrão, que confirma a data base e renovação.

\* Operário da empreiteira **J. Muniz** em greve exigindo registro em carteira, fornecimento de refeição, segurança no trabalho e salário em dia.

\* Trabalhadores da **Tamboré** em greve pela cesta básica.

\* Metalúrgicos da **Scania** rejeitam proposta patronal e decidem continuar a greve dos 2400 operários da produção, que se estende desde 30 de abril. Os patrões querem descontar em 3 vezes os dias parados, antecipação de R\$ 500,00 da PLR, R\$ 200,00 no final de junho e o vale-compra de R\$ 150,00.

\* Metalúrgicos da **Delga** em greve contra demissão de 14 companheiros e exigindo café da manhã.

\* Metalúrgicos da **Molins** paralisam contra a demissão de 20 companheiros.

\* Trabalhadores da **Krones** iniciam greve contra demissão de 50 companheiros.

\* Operários da fábrica de facas **Bomfio** realizam manifestação na porta da fábrica exigindo refeição e cesta básica também para os horistas.

\* Greve conjunta na **Cetesb, Fundação Floresta** e **Sabesp** teve adesão de todos os funcionários. A greve durou 9 dias. Reivindicam 33% de reajuste, 7% de aumento real e garantia de emprego.

\* Publicitários da **Ebid** retornam ao trabalho, após 10 dias de greve, contra

salários atrasados de fevereiro, março e abril, não depósito do FGTS e não pagamento de férias vencidas. Empresários terão de pagar aos publicitários multa de 5% ao dia sobre o débito salarial dos três meses.

\* Trabalhadores da **Kent** demitidos sem FGTS. Patrão não deposita há 7 meses. Os que estão trabalhando não receberam o salário de abril e de maio. A greve é o método de defesa dos operários contra o calote dos capitalistas.

\* Marceneiros da **Muller Cozinhas** demitidos por "justa causa" ao cobrar salários atrasados de abril. Marceneiros, parar a produção. Trabalho só com salário!

\* Operários da **Metalúrgica Pompéia** paralisam contra salário atrasado.

\* Costureiras da **AB**, de Itapevi, paralisadas desde o dia 14 cobrando dos patrões o salário atrasado.

\* 650 mil operários da **Construção Civil** fizeram greve de 4 dias e conquistaram 16% de reajuste, aumento do ticket refeição, cesta básica e estabilidade de 90 dias.

\* Os operários sofrem as consequências com calotes entre patrões. **Stalum** compra maquinário da **Contex** e não paga. Os capitalistas fecham as fábricas quando seus lucros reduzem e não dão a mínima para os trabalhadores.

\* Greve dos Metalúrgicos da **Persianas Columbia** por atraso de 3 meses no pagamento dos salários, depósito do FGTS desde 91 e 2ª parcela do 13º, seria julgada pelo TRT. Os patrões dão calote e fecham a fábrica, e agora, quem a justiça do trabalho vai defender? Os trabalhadores ou os patrões?

\* **Sofunge** vai se transferir para Santa Catarina, não aplicou o reajuste salarial de 8,44% de novembro de 95 aos salários dos trabalhadores.

\* A empresa **Black & Decker** fez o seguinte acordo com seus operários impôs aos seus escravos que não fizessem greve até o ano 2001. Em troca eles vão participar dos lucros da empresa. Os operários não podem aceitar esse acordo. Eles têm a obrigação de rechaçar essa idéia, que tira-lhe o direito de reivindicar direitos elementares. Esse acordo só beneficia o capitalista, por isso digamos não ao acordo traidor, que os operários se juntem e convoquem o sindicato para romper com essa traição.

CUSTO DE VIDA -- A cesta básica do paulistano teve custo mínimo de R\$ 111,05. O custo de vida subiu 48,6% desde o Plano Real. Somente o aluguel teve aumento de 208%. A maioria dos assalariados recebe em torno de 3 salários mínimos.



# Divisão interburguesa emperra reformas neoliberais

## Falta a ação unitária das massas para derrubar o plano

O governo foi derrotado em seguidas votações sobre a Previdência no Congresso. Caíram pontos importantes como o fim da aposentadoria especial dos professores universitários e de escolas privadas, e a discriminação do limite de idade para aposentadorias de servidores públicos. Os votos contrários para impedir a aprovação dessas emendas vieram do interior de partidos que sustentam o governo: PPB, PFL, PSDB, PMDB. O PPB foi onde se concentraram os dissidentes. Esse partido malufista tem apostado num desgaste crescente do governo, daí ter se voltado contra a reeleição de FHC e estar fazendo frentes com o PFL nos estados mais importantes às costas do PSDB.

As derrotas do governo não expressam vitórias da oposição reformista, mas as divisões intestinas dos bandos oligárquicos capitalistas. A base dessa divisão está no agravamento da crise econômica, na crise do plano Real, na falência financeira dos estados e nos choques de interesses ao redor das reformas da previdência, administrativa, fiscal e tributária. A reforma neoliberal está num ponto em que toca diretamente nos interesses das oligarquias que controlam o parlamento e o Estado.

### Os industriais querem subsídios para exportar

A mobilização chamada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que reuniu mais de 2500 empresários em Brasília, mostra o descontentamento dos industriais com a política econômica e a lentidão das reformas neoliberais. Os capitalistas querem que o governo diminua as taxas de juros e incentive as exportações. Afirmam que não pretendem retrocesso na abertura do mercado, que favoreceu as multinacionais, as quais passaram a colocar seus produtos no país beneficiadas pela redução das alíquotas de importação.

Os empresários querem juros menores e incentivos à exportação. Três quartos das exportações brasileiras são de produtos manufaturados, por isso as exportações têm tanta importância para a CNI. Sabem que essas reivindicações se chocam contra a estabilização artificial da moeda, a não ser que se avançasse muito nas reformas fiscal, tributária, administrativa e da previdência, e nos cortes aos serviços sociais públicos (saúde, educação etc.). Por isso as reivindicações se complementavam.

A movimentação dos empresários brasileiros não tem como ser atendida plenamente pelo governo. Os industriais dizem que é necessário reduzir o chamado "custo Brasil", que encarece os produtos nacionais diante dos estrangeiros. Pretendem equiparar as condições de produção e lucratividade entre as empresas nacionais e estrangeiras. Isso é uma utopia no capitalismo, mais impossível ainda na fase imperialista.

Os valores das mercadorias é determinado pela média de valor, de trabalho humano empregado em sua fabricação, pelas inúmeras empresas que o fabricam. A diferen-

ciação do desenvolvimento das forças produtivas beneficia os capitalistas que contam com maior aplicação de tecnologia. Essa relação, que se dá em todos os níveis de produção capitalista, se projeta em nível mundial. Os países capitalistas mais desenvolvidos (imperialistas) se beneficiam do atraso dos países semicoloniais, e têm interesse em mantê-lo. A aplicação do potencial produtivo desenvolvido é bloqueada mundialmente pelas relações capitalistas de produção e apropriação. A pretensão dos capitalistas brasileiros esbarra nos interesses do imperialismo mundial.

As pressões dos empresários são para que o parlamento acelere as reformas, que dariam melhores condições ao governo de arcar com o parasitismo financeiro, e criariam condições para uma relativa redução das taxas de juros e para incentivos às exportações, tais como redução de impostos. Mas os industriais viram em Brasília justamente o contrário: no dia da manifestação, a Câmara dos Deputados derrotou o governo em três pontos de destaques no projeto da Previdência.

### A bancada ruralista quer subsídios para plantar

A quebra da produção mundial de grãos (14%) se repetiu em menor proporção no Brasil (12%). A redução deve-se fundamentalmente ao avanço do parasitismo financeiro em todos os campos. Os bancos e grupos financeiros estão indo além do parasitismo sobre a agricultura: estão inviabilizando a produção agrícola.

As vantagens nos refinanciamentos das dívidas agrárias que a bancada ruralista pretende do governo são um paliativo para sustentar o parasitismo financeiro. Chocam-se contra o plano Real, porque de um lado pressionam por uma queda nas taxas de juros e de outro por subsídios, que só podem vir de um cofre deficitário, o da União (federal).

O parasitismo financeiro atingiu níveis incompatíveis com a crise mundial capitalista. A produção mundial se mantém estagnada. A aplicação de novos métodos de gestão (produtividade e qualidade total) agrava o quadro porque concentra capitais e mercados sem aumento correspondente da massa de mais-valia (trabalho apropriado pelos capitalistas).

Nacional



**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS**

**O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

A produção agrícola nos países atrasados como o Brasil sofre duplamente, porque é forçada a suportar um parasitismo financeiro crescente sem crescimento de produção e sem aplicação de tecnologia. É inevitável a tendência de quebra dos agricultores. A manutenção do plano neoliberal só fará agravar essa situação.

### Falências dos estados complica reforma fiscal

Os estados e a maioria dos municípios encontra-se em situação de falência. O estado de Alagoas não paga salários há dois meses e está em colapso. Outros estados estão em situação semelhante, que só não explodem por renegociações de dívidas, que por sua vez vão agravando a crise do sistema financeiro. Como cortar orçamentos de estados e municípios que já não conseguem nem mesmo pagar salários de funcionários?

A reforma administrativa também encontra adversários na base de sustentação do governo. O PFL é seu maior opositor. Sabe que implica em mexer com verbas e vantagens das oligarquias regionais, em especial as do nordeste.

A grande dificuldade em realizar essa parte da reforma é a limitação física de aumentar impostos. Outros países que aplicaram o neoliberalismo elevaram substancialmente os impostos para manterem o parasitismo financeiro e os subsídios aos capitalistas nativos. A diferença é que na maioria deles a fatia dos impostos não ultrapassava 20% do produto interno bruto (PIB). No Brasil, essa fração chega a 30%. Aumentos de impostos dificilmente seriam assimilados, e se transformariam em pressão inflacionária, em aumentos de preços, que anulariam o efeito dos "ajustes".

O imperialismo pressiona o governo para que corte gastos. Isso não pode ser feito sem entrar em choque com os interesses das oligarquias regionais, por isso esse é um dos pontos mais conflituosos das reformas neoliberais.

### As massas começam a reagir generalizadamente É hora da Greve Geral por tempo indeterminado

Diante de uma grande divisão interburguesa sobre as reformas neoliberais, abre-se o caminho para uma ofensiva geral das massas que ponha abaixo o plano antinacional e antipopular. O arrocho salarial do congelamento de salários e liberdade aos preços vai sendo cada vez mais sentido pelos assalariados. Nem mesmo a inflação oficial o governo e os patrões repõem aos salários, que já contam com defasagens de 15% a 35%, só durante o plano Real. Enquanto isso, o desemprego também cresce com a recessão.

Inúmeras greves explodem pelo país. Têm como características a grande adesão e a radicalidade. As direções sindicais, em geral empenhadas no momento em conciliar com o governo e os patrões, têm tido grande

dificuldade em contê-las. Os tribunais trabalhistas concedem reajustes em torno de 16% para servir de migalha para as direções oferecerem aos trabalhadores e encerram a luta, quando há condições para se arrancar mais.

A burocracia sindical, após o episódio da Previdência, tem ficado de lado nas negociações entre governo e parlamento ao redor das reformas. Essas direções percebem a tendência geral de confronto dos assalariados contra o governo e respondem a isso com a convocação de uma greve geral de um dia, de protesto. Para a burocracia, é melhor chamar uma greve geral de um dia e controlá-la, utilizá-la para abrir negociações com o governo, do que deixar a luta de classes se agravar no país e colocar em cheque sua posição de intermediário entre exploradores e explorados. Com essa posição, as direções sindicais colaboram para manter em pé o plano neoliberal de FHC.

Contra isso, devemos defender a **greve geral por tempo indeterminado**, que se coloque pela derrubada integral do plano antinacional e antipopular de FHC. Somente a greve geral por tempo indeterminado, reivindicativa e não apenas de protesto, pode arrancar a reposição de todas as perdas salariais, o salário mínimo real de 1200 reais, o pleno emprego para todos com a redução da jornada de trabalho para seis horas diárias sem redução de salário, a punição dos massacres e entrega das terras aos camponeses, a defesa da aposentadoria por tempo de serviço, o fim das privatizações e reestatização sob controle operário, enfim a derrubada do plano de fome.

Para isso, é necessário construir comandos de luta em todas as categorias, eleitos pelas assembléias e plenárias de base, subordinados a elas e com poderes acima das direções corrompidas.

## Crise financeira fecha mais um: Banorte

O Banorte e o Banco Bandeirantes têm várias coisas em comum. Ambos têm origem ligada às oligarquias regionais. O Banorte foi construído sobre o dinheiro da cultura da cana-de-açúcar pernambucana e o Bandeirantes sobre o da cultura de café paulista. Nos últimos anos, discutiam a possibilidade de fusão, intermediados pelo Swiss Bank. O Banorte ficaria com 35% das ações do grupo formado a partir da fusão, e o resto ficaria com o Bandeirantes. O Banco Central ajudou o Bandeirantes a assumir o controle do Banorte com poucas despesas, dez vezes menos do que o governo teve que injetar no negócio. O valor maior da transação saiu do dinheiro do Proer (540 milhões de reais).

A crise bancária reflete a recessão, causada pela aplicação do plano neoliberal. Os maiores inadimplentes com os bancos são as indústrias e o comércio. Não há como pagar os altíssimos juros impostos pelo plano Real sem quebrar. Os golpes dos banqueiros são um tiro de misericórdia em grupos sem nenhuma liquidez.

O governo subsidia os golpes e fusões bancárias com dinheiro público. Diz que não tem dinheiro para acrescentar aos 5 bilhões da saúde pública, mas já deu 16 bilhões aos bancos quebrados.

O Bandeirantes já anunciou que haverá milhares de demissões. Mesmo com o aviso, os sindicatos não levantaram uma imediata campanha de luta para barrar as demissões. Esse é o caminho que será seguido por outros bancos: negociações, fusões às custas do dinheiro público, demissões.

Só a luta grevista unitária pode deter esse caminho. É preciso erguer uma campanha de luta nacional para reivindicar nenhuma demissão, apuração das falcatruas pelos tribunais populares e a estatização dos bancos sob controle dos trabalhadores.



# Privatização da Light a entrega ao imperialismo francês

O governo conseguiu privatizar a Light, estatal que controlava a distribuição de energia elétrica em boa parte da região Sudeste. O valor da venda foi de 2,2 bilhões de dólares, mas o governo só vai arrecadar no máximo 1,5 bilhão, por causa da utilização de papéis da dívida pública na transação. Esses papéis, em sua maioria títulos da Eletrobrás (Elets) e da dívida agrária (TDAs), são negociados no mercado financeiro por 30% a 45% dos seus valores, porque dificilmente são pagos pelo governo.

Esse valor supera o de todas as privatizações feitas nos governos Itamar e Collor, que chegaram a 1,44 bilhão. O então ministro José Serra afirmou que o dinheiro será usado para "acerto de contas da área pública". É o mesmo que dizer que o dinheiro será queimado no mercado financeiro, para pagar juros.

A compra foi feita por um grupo liderado pela estatal francesa EDF, que controla a energia elétrica na França. Contou ainda com a colaboração do governo, que através do BNDES comprou uma parte da Light. Foi um verdadeiro subsídio para a entrega da estatal a outra estatal, só que francesa (imperialista).

Na área das telecomunicações, se abriu o mercado para que as estrangeiras comprem até 49% das ações das companhias nacionais da área. O porco do José Genoíno ainda defendeu que as oposições votassem o projeto das telecomunicações junto com o governo, porque afinal 51% seria capital nacional.

O processo de entrega das estatais às multinacionais e aos bancos estrangeiros continua. A próxima da lista é a Vale do Rio Doce.

A entrega das estatais ao capital

internacional é parte do plano neoliberal, que pretende que o governo pague o parasitismo financeiro entregando-as. O nacionalismo e o reformismo esperneiam, mas são incapazes de fazer a defesa do estatismo.

O movimento operário é o único capaz de liderar a mobilização nacional pelo fim das privatizações e reestatização sob controle operário. Trata-se de uma luta antiimperialista e anticapitalista, que requer a formação de uma Frente Única Antiimperialista, sob direção proletária.

Nacional



## O caráter de classe da Justiça Burguesa

Os massacres em Eldorado de Carajás, bem como Corumbiara, Carandiru, Candelária etc. etc. foram e dizem estar sendo "apurados" pela justiça burguesa.

Também no movimento operário o "arbitramento" do judiciário vem se impondo de forma cada vez mais incisiva. O julgamento das greves (em sua grande maioria "abusivas"), tem levado à intervenção nos sindicatos, pela via da instituição de pesadas multas, bem como outros mecanismos "legais" de coação e repressão aos movimentos.

A utilização da via judicial pela burguesia para solucionar tais conflitos é parte natural do desenvolvimento de um "pseudo regime democrático". Observando-se os resultados das "apurações" efetuadas pelo judiciário, conclui-se que a burguesia, ao valer-se dessa via, procura legitimar seus crimes e assassinatos em massa, e não poderia ser de outra forma.

A história da justiça demonstra que o aparecimento das primeiras leis (códigos etc.) está subordinado à aparição da propriedade privada. Desde os primórdios, aqueles que legislam e aplicam as leis são os mesmos que detêm a propriedade e as ri-

quezas da sociedade. Assim foi nas civilizações antigas (Grécia, Egito etc.), passando pelo Império Romano, feudalismo, até chegarmos aos dias de hoje. Dos faraós, reis, senhores feudais, patrões capitalistas etc. emanaram e emanam as leis, cujo teor é o de lhes garantir a propriedade e o poder, ao preço da submissão e miséria da maioria explorada. Esta é a história da justiça e das leis, e é por isso que os tribunais burgueses são incapazes de julgar e punir os crimes da própria burguesia enquanto classe.

Só o proletariado organizado poderá julgar e punir os crimes e massacres cometidos pelos capitalistas assassinos. Qualquer tentativa de puni-los e apurar seus crimes de classe por outras vias (parlamentar, judicial etc.) não passa de uma farsa, que contribui para a perpetuação do regime capitalista sanguinário. Em oposição à política que defende a apuração destes crimes pela via judicial institucional, o proletariado deve levantar a defesa do Tribunal Popular que, apoiado na ação direta das massas (greves, ocupações etc.) possa julgar e punir os crimes hediondos dos capitalistas.

## Comitê da PUC realiza debate:

Um comitê contra os massacres foi formado na PUC-SP por professores, funcionários e estudantes, e realizou debate no último dia 4/06, com o tema: *A questão agrária e a violência no campo.*

O POR tem impulsionado sua construção e ação.

Abaixo, cópia do panfleto de convocação:

AOS PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES

### Qual a verdadeira natureza da repressão no campo?

O Brasil vive um momento histórico de profunda crise social e econômica. A repressão no campo é uma das faces mais visíveis desta crise. Ela se manifesta através de diversos mecanismos: a violência física, a fome, a seca, a expulsão dos camponeses de suas terras, a concentração da propriedade da terra, a destruição das comunidades tradicionais, a marginalização social e econômica dos camponeses. Esta situação é fruto de uma política agrária que privilegia os interesses da burguesia e dos grandes latifundiários em detrimento dos interesses da maioria camponesa.

Esta situação é fruto de uma política agrária que privilegia os interesses da burguesia e dos grandes latifundiários em detrimento dos interesses da maioria camponesa. É necessário que os camponeses se organizem e lutem por uma reforma agrária radical que garanta a posse da terra para quem trabalha nela. A luta camponesa é uma luta de classe, e deve ser conduzida no âmbito da Frente Única Antiimperialista, sob a liderança do movimento operário.

OBJETIVO: Anular a repressão e o golpe no campo.  
DIA: 08/06/06 (sexta-feira)  
HORÁRIO: 19h30min  
LOCAL: Sala 131 - Profa. Nogueira

PREA FORMALMÊ DE UM COMITÊ CONTRA A REPRESSÃO SOCIAL E POLÍTICA A PROFESSORES - FUNCIONÁRIOS - ESTUDANTES!

PARTICIPE!!!

# Aos trabalhadores, estudantes e militantes do PSTU

Companheiros do PSTU, vocês lançaram um chamado público, no 1º de Maio, pela unidade da "esquerda com um programa socialista". Todo ele está voltado às eleições municipais e, portanto, à "candidatura socialista de Valério Arcary".

O que chama a atenção no Manifesto é que está dirigido essencialmente ao reformismo (PT) e ao estalinismo (PCdoB) e que os pontos programáticos apresentados não são de um programa socialista. Isso nos faz crer que o PSTU não pretende de fato discutir um programa socialista, que para isso precisa apontar a destruição do capitalismo através da revolução proletária.

O Partido Operário Revolucionário (POR) decidiu responder ao chamado de vocês justamente porque se organiza em torno de um programa socialista, um programa de transição da revolução no Brasil, que em sua essência é internacionalista. Baseamo-nos inteiramente no método e princípios do Programa de Transição da IV Internacional, e deles não nos afastamos um milímetro em sua aplicação às particularidades nacionais do Brasil.

Em que se baseiam tal método e princípios? Baseiam-se na unidade entre as reivindicações elementares e tarefas democráticas com as tarefas socialistas e sua estratégia correspondente. Acreditamos que os militantes do PSTU conhecem os fundamentos marxistas do Programa de Transição, escrito por Trotsky. Mas achamos importante, nessa discussão do "programa socialista" e "da candidatura socialista", retomar com precisão a formulação ali estabelecida, da qual nenhuma

corrente marxista-leninista-trotskista pode se apartar ou afastar.

Eis o objetivo e o conteúdo essencial do Programa de Transição: "É preciso ajudar as massas no processo da sua luta quotidiana a encontrar uma ponte entre as suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir num sistema de REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS, partindo das condições atuais e da consciência atual de grandes camadas da classe operária, e conduzindo invariavelmente a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado". Em seguida, se critica e rechaça o reformismo social-democrata que separa o programa mínimo (das reivindicações elementares) do programa máximo (socialista). E conclui: O velho programa "mínimo" é constantemente superado pelo PROGRAMA DE TRANSIÇÃO, cuja tarefa consiste numa mobilização sistemática das massas para a revolução socialista".

Perguntamos ao PSTU: o "programa socialista" apresentado por vocês corresponde a um Programa de transição? Corresponde a um sistema de reivindicações e tarefas para a mobilização sistemática das massas contra o capitalismo? Corresponde a um programa de revolução socialista? Em nossa compreensão dos fundamentos do programa da IV Internacional, respondemos que não. Primeiro, que um programa não se resume a lista de reivindicações desconexas e mecânicas. Segundo, que tal lista não forma um sistema de reivindicações transitórias, constituindo sim num programa mínimo.

Em nenhum momento do manifesto encontramos sequer referência à estratégia da revolução socialista, da forma de governo, da destruição da ditadura de classe da burguesia através da ditadura do proletariado, portanto da destruição do Estado burguês, das tarefas revolucionárias de expropriação do grande capital, nenhuma palavra sobre a independência nacional frente ao imperialismo e nada, absolutamente nada, sobre a revolução socialista mundial. E não é por acaso que haja uma omissão total ao método do programa de transição de mobilização sistemática das massas, sob a direção do proletariado, para a revolução proletária.

Esses pontos deveriam ou não constituir um programa socialista? A sua omissão no Manifesto não é a negação do programa socialista? Não se trata do rompimento do programa mínimo e programa máximo, sob o qual se assen-

ta o reformismo? Sabemos que alguém poderá dizer que os pontos eram apenas um chamado a constituir o programa socialista. Mas isso seria o cúmulo do oportunismo. Poderá dizer também que se trata de um programa inacabado. Essa resposta também não procede, porque a lista apresentada é de programa mínimo. Poderia ser inacabado, mas talhado como programa de transição, o que de fato não ocorre. Sabemos também que alguém será tentado a dizer que é um programa para formar uma frente eleitoral e que serviria para aproximar as correntes de esquerda. Tal resposta seria descaradamente eleitoralista.

Que outra resposta poderia ser aventada? A de que não procede nossa crítica de que o Manifesto anuncia um "programa socialista" somente em palavras, atendo-se apenas a reivindicações econômicas e democráticas? Neste caso, seria confessar-se embusteiro do marxismo. Só restaria dizer o absurdo atimarxista de que as massas estão atrasadas em sua consciência e que o programa apresentado está de acordo com essa avaliação.

Como vemos, é difícil uma resposta aceitável à nossa contestação ao Manifesto do PSTU. Sua chamada, para ser sincera, deveria ser UNIR AS ESQUERDAS EM TORNO DE UM PROGRAMA MÍNIMO NÃO SOCIALISTA PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS. Aí haveria transparência e honestidade política. Enfeitar um programa mínimo com o rótulo de socialista é manipulação e falsificação. Que outra qualificação poderíamos dar sem deixarmos de ser sérios na crítica ao Manifesto da candidatura de Arcary?

## Crítica do "programa socialista" do PSTU

O programa apresentado é democrático-reformista. A propaganda de candidatura socialista de Valério Arcary é um abuso do marxismo. Se querem assumir uma fisionomia social-democrata de esquerda, que o façam com coragem e determinação. Assim o PSTU compareceria com uma personalidade definida. Não enganaria ninguém. E seus militantes de base também teriam consciência de que não pertencem a uma organização revolucionária, marxista, mas sim a um partido reformista de esquerda. Um partido que expressa a aspiração da classe pequeno burguesa de remodelamento do capitalismo putrefato.

É preciso que se diga ainda que o PSTU sequer apresenta bandeiras es-

Nacional



senciais de defesa real da vida das massas e de oposição revolucionária ao governo antinacional e antipopular de FHC.

Quanto às bandeiras de seu programa mínimo, não defende o salário mínimo real, a escala móvel do reajuste salarial e a escala móvel do emprego. Qual o montante necessário para uma família hoje viver? É preciso calcular e dizer claramente qual deve ser o salário mínimo. A bandeira de 40 horas semanais está adaptada ao que os capitalistas podem admitir. De fato, não responde ao desemprego de milhões. Por que o PSTU não incluiu a escala móvel das horas de trabalho? Por outro lado, a política econômica do governo se assenta no congelamento dos salários por um ano, por reajustes abaixo da inflação ou mesmo nenhum reajuste. Por que o PSTU não defende a escala móvel de reajuste?

Quanto ao plano do governo, resume-se a levantar a bandeira de "abaixo a reforma constitucional". Nem mesmo sua tradicional bandeira reformista-eleitoral de governo dos trabalhadores consta do programa. Nem mesmo o "Fora FHC" foi aventado. Nenhuma bandeira precisa antiimperialista é utilizada para se contrapor ao Plano, como a defesa do estatismo, reestatização e controle operário da produção. É surpreendente como o PSTU circunscreve o problema da dívida interna e externa à prefeitura. Desvincula-a do problema geral do imperialismo e do parasitismo capitalista. E, ao restringir o problema do endividamento à prefeitura, propõe para a dívida interna a suspensão temporária e para a externa o não pagamento.

Vejamos mais alguns aspectos do programa do PSTU que configuram sua orientação reformista. Ao referir-se ao capital financeiro, propõe a taxação de seus lucros. Que programa socialista é esse que empaca na porta dos magnatas do capital, se nega lutar pela expropriação do sistema financeiro e cumprir a tarefa de estatizá-lo, sob o controle dos trabalhadores? Que programa socialista é esse que se atém acanhadamente a defender "o imposto progressivo sobre os capitalistas"?

Que programa é esse de "reforma urbana, já", que fala da expropriação dos especuladores, referindo-se evidentemente ao solo, e que se omite frente à indústria da construção civil? O problema não está na especulação, está na propriedade privada dos meios de produção. A noção de especulação aqui aplicada é de economia burguesa, que procura distinguir a propriedade especulativa da não especulativa. É nesse tipo de viés que os reformistas do PT se apóiam, e, pelo visto, o programa do PSTU. Eis por que o programa de Valério Arcary não defende a acupação de terras. Circunscreve-se à bandeira

eleitoreira-populista de "apoio ao movimento pela moradia". Trata-se de apoiar o movimento de ocupação de terras, mas rechaçar os movimentos de compra "popular" de terra, de multirões oficialistas etc.

O mesmo problema aparece na con-signa de "apoio ao MST" e de reforma agrária. Novamente a formulação genérica e eclética obscurece um problema tão essencial para um programa de transição, que de acordo com as particularidades do Brasil, está obrigado a combinar tarefas históricas democráticas, como as da terra e da independência nacional, com as de cunho socialista. Como falar de um programa socialista sem se apoiar nas leis marxistas da revolução permanente? Como responder às tarefas democráticas do Brasil semicolonial sem se cair no reformismo e no nacionalismo burgueses?

O programa do PSTU não levanta a bandeira de expropriação sem indenização de todo latifúndio, o que lhe obrigaria a reconhecer a necessidade da constituição da aliança operário-camponesa, ou seja, da estratégia do governo operário e camponês, como expressão do poder proletário (ditadura do proletariado). A bandeira de "reforma agrária sob o controle dos trabalhadores" sem a defesa da destruição do sistema latifundiário, sem rechaçar a linha dos assentamentos oficialistas, sem se diferenciar da formulação do próprio MST de assentamento nas terras ociosas, significa entrincheirar-se com os reformistas. A política e programa agrário do MST não conduzem à liquidação dos latifúndios e entrega das terras a todos os camponeses pobres. Há uma contradição entre seu programa reformista e as ocupações, que se chocam com a burguesia e seu governo. Trata-se de apoiar as ocupações de terra e não o MST em geral. Mas o ecletismo do PSTU se justifica por ser uma variante esquerdista do reformismo. Engana-se quem acha que o reformismo é homogêneo; não, há várias tendências em seu interior, que expressam frações da burguesia ou da pequena burguesia.

### Sobre o poder municipal

O último ponto do "programa socialista" do PSTU mostra toda sua inconsequência. Diz: "Não aceitar a maioria reacionária da Câmara. Mobilização permanente dos trabalhadores e da juventude pela satisfação das reivindicações!" Com isso quer dizer que se o "candidato socialista" for eleito não se aterá ao poder da maioria parlamentar (vereadores). Trata-se de uma formulação ilusória de anulação das forças burguesas.

Primeiro, porque não passa de uma

promessa de se apoiar na mobilização, pois o fundamento reformista do programa condiciona a tática. Programa e tática formam uma unidade. Se é reformista, não pressupõe uma tática revolucionária. Lembremos que Erundina prometeu o mesmo.

Segundo, porque é preciso colocar claramente onde se assenta o poder. Ou as massas constróem as assembléias populares nos municípios para combater o poder central (o Estado), substituindo as prefeituras por organismos populares, dirigidos pelo proletariado, ou prevalecerá o poder local burguês, que nada mais é senão os tentáculos do aparato estatal central. A idéia de dirigir a prefeitura apoiado nas massas é uma fraude. Trata-se de construir a Assembleia Operária e Popular contra a prefeitura e todo Estado capitalista.

### Uma frente reformista

Com esse programa, em boa parte igual ao do PT e PCdoB, o PSTU está mostrando sua identidade de corrente centrista, que se caracteriza por oscilar entre o reformismo e o marxismo. Diante das eleições, o centrismo mostra sua real vocação reformista.

O chamado à unidade das esquerdas em torno de um falso programa socialista foi um último esforço do PSTU para obter uma aliança com o PT. Isso explica o tom suplicante do Manifesto, que chega a declarar que o PSTU estava disposto a retirar sua candidatura em nome de uma "unidade programática das esquerdas" e se aglutinar por detrás da candidatura do PT.

Para o Manifesto, as esquerdas que poderiam fazer uma frente eleitoral "socialista" são PT, PCdoB e PC. O PSTU sabe onde pisa. Talvez seja mais apropriado dizer que sua direção sabe o que faz. Suas bases seguem o canto socialista. A unidade das esquerdas proposta não é socialista, mas sim reformista,

NACIONAL



uma variante frentepopulista. Ou seja, uma frente com um programa reformista, mas sem a presença dos partidos organicamente burgueses.

É sintomático o fato do Manifesto insistir na necessidade de discutir um programa com essas correntes frentepopulistas, para se compor uma unidade eleitoral. Tal valor ao programa apenas acoberta o seguidismo do centrismo às correntes reformistas com poder de voto.

Em todas as épocas e lugares as correntes centristas, via de regra, se comportaram assim nas situações eleitorais. A razão está em que o centrismo não tem independência porque se organiza e age munido de um programa pequeno-burguês, mais ou menos radical.

Os pontos do programa "socialista" do PSTU provam que não pretendia discutir com o PT, PCdoB e PCB um programa, mas sim encontrar um meio para compor uma aliança, se não com o PT, pelo menos com o PCdoB e PCB. Dizemos isso porque o programa apresentado foi especialmente forjado com partes do programa do reformismo e estalinismo. Trata-se de um "programa de unidade socialista" que qualquer social-democrata aceitaria. O PT rejeitou o PSTU não devido ao programa e o PSTU não entrou na frente não por causa do programa do PT. Tudo não passou de conveniência eleitoral.

O PSTU não considera socialistas as demais correntes que se reivindicam do trotskismo, seja ela revolucionária ou centrista, porque não têm força eleitoral. E o PT não considera o PSTU um aliado pelas mesmas razões. Um outro exemplo dessa maquinação eleitoreira e oportunista foi a quase exclusão do PCdoB da frente popular do PT, motivada inteiramente por número de vereadores. E o PCdoB, sabendo disso, logo abriu negociação também com o PMDB. O PT

viu que não era um bom negócio deixar os estalinistas com o PMDB e resolveram a acomodação. Vejam só a quem o PSTU lança o chamado de discussão de um "programa socialista".

### Continua o seguidismo do PSTU ao PT

O objetivo do PSTU em lançar sua candidatura própria não esteve motivado, entre outras coisas, para combater a influência negativa do reformismo entre as massas. Falamos da política burguesa do PT e de seus aliados da Frente Popular. O Manifesto é uma confissão de que seu objetivo era entrar no bloco eleitoral frentepopulista. Só não ocorrendo devido à rejeição unilateral do PT, que não vêem no PSTU uma legenda eleitoralmente forte.

O Manifesto revela que o PSTU esperou até o último instante, na esperança do PT chamá-lo a discutir o programa (leia-se, a entrada do PSTU na aliança frentepopulista). E reivindica que o PT convocasse uma reunião pública "de todos os partidos de esquerda" (leia-se com o PSTU, PCdoB e PCB) para o debate programático. Assim, anuncia que está disposto a retirar a candidatura de Valério.

É claro que sua direção responderá que esta posição não passa de uma tática para atrair as bases do PT. Quando o PSTU entrou na Frente Brasil Popular, nas eleições presidenciais, numa clara ruptura com o trotskismo, também explicou que era uma decisão de ordem tática. Mas, na verdade, por seu "programa", o PSTU está obrigado a gravitar em torno do partido reformista mais poderoso.

Não é por acaso que diz, no Manifesto, que "o PT, pelo espaço que ocupa, tem a obrigação de encabeçar o combate contra FHC e suas reformas e com isso unir as esquerdas". Em outra passagem exorta: "O PT é majoritário e tem a responsabilidade de indicar o nome do candidato a prefeito". Trata-se de uma posição de rendição ao reformismo. De forma que o Manifesto procura evitar uma real caracterização de classe do PT e mostrar sua total integração ao Estado burguês.

Se o leitor observar com cuidado, verá o método curioso do PSTU criticar o PT. Não o critica por sua linha política geral colaboracionista e pró-capitalista, mas sim pelas declarações de alguns governadores, como Vitor Buaiz, favoráveis às reformas antipopulares de FHC. Qual é a linha geral do PT, expressa sem nenhum subterfúgio, de forma que só não vê os corrompidos, os tontos ou os centristas esperançosos? É a de sustentar a qualquer preço a estabilidade dos governos burgueses de plantão, de manter as massas atadas à política dos capitalistas, de amordaçar a CUT, sindicatos, MST etc, enfim de

sustentar o capitalismo decadente. Em inúmeros fatos o PT já expressou essa política contra-revolucionária, até mesmo de acobertar a responsabilidade do partido em Rondônia frente ao massacre dos sem-terra de Corumbiara. O PT não se submeteu ao governo Collor? Por que não iria se submeter ao governo pró-imperialista de FHC. Erundina não aceitou cargo no governo dos capitalistas? E a vendida não está aí como candidata do PT?

O que faz este ou aquele político do PT nada mais é do que aquilo que sua linha estratégica pró-capitalista permite. Mas a hipocrisia do PSTU não tem limites. Depois de dizer que o PT é responsável por unir as esquerdas, de propor uma unidade programática com os reformistas e de se declarar disposto a retirar a candidatura socialista de Arcary em favor da de Erundina, o Manifesto faz duas exigências: 1) Que o PT rompa com a corrupção financeira, não mais admitindo contribuições dos capitalistas. E não se coligar com partidos da burguesia. 2) Não mais usar a repressão contra os trabalhadores, como fez Erundina.

Ora, o PSTU estava na Frente Popular das eleições presidenciais quando a corrupção ocorreu. E não venham dizer que souberam disso só depois das apurações dos votos. Da mesma forma, não fizeram a exigência do PT não mais reprimir. Se fizeram, e nós não sabemos, foi em vão porque o PSTU permaneceu na Frente Popular até o fim, inclusive mantendo o apoio eleitoral a Cristovâm Buarque. Quanto às coligações, também o PT esteve coligado com partidos burgueses, a exemplo do PSB e PDT. Nada disso impediu que o PSTU ingressasse na Frente Brasil Popular e fosse seu mais leal escudeiro.

Todo o cinismo do PSTU em debater um "programa socialista" com o PT sabendo de toda sua dependência às empreiteiras, banqueiros e inclusive a latifundiários, mostra bem sua natureza pequeno-burguesa, cuja expressão política mais flagrante é do oportunismo. Não é por esse caminho que o proletariado irá se livrar do reformismo e se emancipar política, ideológica e organizativamente da burguesia.

### É necessário uma frente sim, mas uma Frente Revolucionária Antiimperialista

Podem notar que os centristas e reformistas só propõem fazer frente eleitoral, seja para as eleições burguesas ou sindicais. E sempre o fazem de acordo com os cálculos eleitorais. Se o aliado é bom de voto, logo se desmancham em exortações unitárias, dizendo que é preciso vencer os inimigos burgueses ou a burocracia sindical de plantão. O que os centristas e reformistas não fazem é trabalhar sistemática-





mente no seio das massas pela mobilização, de onde parte a necessidade de superar as divisões, de constituir frentes de ação e de avançar o programa revolucionário.

Nesse sentido de luta, que frente está colocada para aglutinar nacionalmente os explorados? Em nosso entender, está na ordem do dia pôr em pé uma Frente Revolucionária Antiimperialista, baseada num programa antiimperialista e anticapitalista, cujos fundamentos são os do Programa de Transição. Está colocado responder a ofensiva antinacional e antipopular do governo FHC e trabalhar sistematicamente a estratégia da revolução e ditaduras proletárias.

A tendência das massas, que vem se delineando nas greves e manifestações, é a de se contraporem cada vez mais aberta e ostensivamente ao Plano pró-imperialista. Trata-se de responder politicamente a ela e dar-lhe uma expressão organizativa, ou seja, expressá-la numa Frente Revolucionária Antiimperialista.

Os companheiros do PSTU poderiam questionar: e as eleições municipais? Sem dúvida não iríamos ignorá-las. Mas estas estariam condicionadas ao trabalho da Frente Revolucionária Antiimperialista. As correntes nela organizadas e condicionadas pelo programa proletário discutiriam a intervenção e decidiriam com o máximo de precisão revolucionária, marginalizando qualquer expressão do oportunismo eleitoral e de adaptação à democracia burguesa. Assim, as correntes e candidaturas estariam profundamente controladas pelas bases operárias, camponesas e estudantis, perante as quais estariam obrigadas a responderem pela fidelidade ao programa, à conduta militante e ao método de luta. Otem que esse caminho é oposto ao das frentes oportunistas, movidas pelos mesquinhos interesses eleitorais e adaptadas às pressões do Estado burguês.

Para que intervirmos nas eleições? Para fazermos o maior número possível de candidatos? Para fazer promessas de mudanças a favor dos explorados? Não, nada disso. Intervirmos para impulsionar o trabalho da Frente Revolucionária Antiimperialista, sua ação de massa, seu programa e sua organização.

Para que concorreríamos soldados por uma frente? Para uma corrente se aproveitar da outra na busca dos votos? Para mascarar uma unidade oportunista? Não, nada disso. Concorreríamos para o mesmo objetivo de fortalecimento da Frente Revolucionária Antiimperialista.

E qual a função de eleger candidatos da frente? Para que cada um fizesse sua política de demagogia legislativa? Para manter as ilusões das massas na democracia burguesa. Nada disso. A finali-

dade é de utilizar a tribuna parlamentar para defender a soberania das massas, para avançar a luta independente, enfim para fortalecer a Frente Revolucionária Antiimperialista.

É por esse caminho que se expressa a tática eleitoral do marxismo, via de regra deturpada pelos centristas, que em palavras dizem aplicar a tática leninista. O POR não se nega a discutir uma frente para as eleições, mas coloca o problema neste âmbito de concepção, que certamente é rechaçada pela direção do PSTU. Mesmo assim, eis os pontos programáticos que lançamos para se iniciar um trabalho frentista revolucionário, que não dependem da situação conjuntural das eleições.

Companheiros, a tarefa colocada é de constituir uma Frente Revolucionária Antiimperialista. Convocamos todas as correntes que se reivindicam da luta antiimperialista e anticapitalista a se colocarem por ela e iniciarmos imediatamente sua firmação, ainda que inicialmente embrionária.

### **Pontos para um programa Por um programa operário e uma campanha nacional em defesa da vida dos explorados**

1. Combater o desemprego, exigindo trabalho a todos. Combater as demissões, não admitindo nenhum corte de posto de trabalho, fechamento de fábrica, as malditas demissões voluntárias e nenhum tipo de flexibilização. Nossa reivindicação e solução para o desemprego é a implantação da escala móvel das horas de trabalho. Significa reparar as horas nacionais de trabalho entre todos aptos à produção. Essa luta pode começar pela exigência de redução imediata da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução de salários.

2. Para acabar com a fome, impor o salário mínimo vital, atualmente em torno de 1200 reais (a ser calculado com precisão). Que nenhum trabalhador ganhe menos que esse piso. Para proteger o valor dos salários contra a corrosão inflacionária, exigimos o fim do congelamento anual dos salários, reposição integral das perdas e a implantação da escala móvel de reajustes, que quer dizer elevar os salários a cada percentual da inflação presente.

3. Defender um único sistema de aposentadoria, público, estatal, sob o controle dos sindicatos, de forma que nenhum trabalhador deixe de se aposentar. Que nenhuma aposentadoria seja menos que um salário mínimo real. Que seja estendido para todos o critério de 25 e 30 anos de trabalho para se aposentar. Que a aposentadoria seja feita em base do salário integral, não menos que o mínimo real. E que nenhum trabalhador precise recolher contribuição. Tudo deverá ser pago pe-

los capitalistas.

4. Diante da crise de superprodução, que é mundial, e da desintegração da economia capitalista, que aparece na forma de recessão, falências e fechamentos de fábrica, a tarefa que se impõe é lutar pelo controle operário da produção. Isso significa que a classe operária tire das mãos da burguesia as decisões e planejamento da produção.

5. A carestia, os altos preços das mercadorias de consumo popular, como a alimentação, também tem a ver com o domínio latifundiário, a especulação das terras como reserva de valores e baixa produção de produtos essenciais. A classe operária deve apoiar a luta camponesa contra a burguesia latifundiária, defendendo o programa da revolução agrária de expropriação dos latifúndios, nacionalização das terras e entrega aos camponeses pobres. Os comitês agrários devem se combinar com o controle operário da produção.

5. Essas tarefas devem estar ligadas ainda à defesa do teto a todos os explorados, contra a privatização, pela reestatização, não pagamento das dívidas interna e externa, pelo sistema único de ensino e saúde públicos, contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço, contra a quebra da estabilidade do funcionalismo público e nenhum imposto sobre os assalariados.

6. Esse programa elementar deve ter por estratégia a expropriação geral da burguesia, através da destruição do Estado capitalista e pela instauração de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado). Para essa tarefa é decisiva a aliança operária e camponesa. A constituição de uma Frente Revolucionária Antiimperialista, sob a direção da classe operária, é um instrumento prático para avançar a luta dos trabalhadores contra a opressão nacional e social.

NACIONAL



## Eleições da Apeoesp

# A Articulação consolida sindicalismo fraudulento

O passado de fraude em eleições sindicais na Apeoesp indicava que desta vez não seria diferente. Entretanto, o que chamou atenção foi a forma aberta

e descarada como a fraude foi imposta. As urnas do interior vieram, em grande número, sem o lacre protetor, outras sem chave, sem ata de abertura, sem assinatura dos responsáveis e cédulas assinaladas previamente com carbono onde se devia votar. Nos lugares onde a Oposição é forte, como no caso de Diadema, se anulou urna pelo simples fato do lacre estar mal colocado.

A falcatura no dia da eleição e no processo de apuração foi conseqüência de todo um planejamento da chapa oficialista do PT. A burocracia dos irmãos Felícios, representantes da Articulação, temia uma derrota, apesar da Oposição comparecer dividida. Isso porque, no pleito passado, a Oposição unitária quase derrotou com cerca de 45% dos votos. Eis porque a fraude dessa vez apareceu mais ostensiva.

A roubalheira não poderia ser pequena e disfarçada, com pena da Articulação correr o risco de perder o pleito. Um outro agravante pesou na determinação da burocracia lançar mão de fraude maciça: trata-se da negativa do governo em abonar o dia da votação. A burocracia temia que a votação se concentrasse na camada mais politizada e oposicionista, principalmente na capital e Grande São Paulo. Frente a esses perigos, a direção da Apeoesp se viu obrigada a expor sem nenhuma máscara sua política de burocratas totalitários e de corrente profissional-parasita, que está de acordo com seu "progra-

ma" de perpetuação da linha política de colaboração de classes e de sustentação do sistema de exploração do trabalho.

A perda da direção da Apeoesp para uma das chapas da Oposição significaria uma ruptura no domínio burocrático e na perda de poder do reformismo petista sobre o movimento sindical. O PT e seus braços sindicais não medem esforços para conservar seus aparatos, que servem de apoio para as negociatas com o governo e para implantar sua política anti-operária de colaboração com o Estado burguês. Está aí conteúdo político e ideológico da fraude. É isso que os trabalhadores devem entender. A fraude não é resultado simplesmente de mal caráter dos dirigentes. Ela expressa uma política de classe no interior dos sindicatos, que é a política burguesa.

Uma verdadeira política dos trabalhadores, em hipótese alguma, pode se apoiar nesse método escuso. Se tiver de perder uma eleição, a perderá de forma limpa, porque o que interessa a uma direção classista é que os trabalhadores assumam o programa da luta revolucionária anticapitalista. Se perde nessas condições é porque a maioria ainda não compreendeu e não avançou o movimento social e político transformador.

Para a burocracia corrompida na política patronal, o que vale é o contrário. Deve manter perpetuamente a direção do sindicato para evitar que os trabalhadores avancem sua organização independente e sua consciência de classe oprimida. Nesse sentido, para a Articulação/PT, a conservação do poder mediante fraude era e é decisiva. Está aí porque preparou meticulosamente a fraude eleitoral.

Começou por anular a função da Comissão Eleitoral de controlar rigorosamente a lisura do processo. Como a Articulação possuía a maioria na Comissão impôs todas as regras de funcionamento, que dificultavam o controle do pleito. A medida de espalhar o máximo possível de urnas volantes no interior era ponto fundamental. Com o argumento de que o professor não viria votar, pois não havia abono, determinou a existência de quase mil urnas volantes por todo o Estado, principalmente no interior onde a Oposição não possuía fiscais e mesários.

A Comissão eleitoral não tinha nenhuma autonomia, pois Roberto Felício determinava pessoalmente o que deveria fazer. Juntamente com a farsa montada na Comissão eleitoral, impediu que no Jornal da Apeoesp contivesse os programas das chapas concorrentes.

Na maioria das cidades, o professorado só tomou contato com os boletins e programa da chapa dos Felícios, onde geralmente fazia um brutal ataque à Oposição.

Rios de dinheiro foram empregados para financiar a campanha da chapa da diretoria. Para garantir a abertura das urnas, utilizou da velha prática do peleguismo de trazer bate-paus contratados.

O que se passou na Apeoesp não é uma exceção. Trata-se de um fenômeno geral que atinge todo o sindicalismo. As características totalitárias, fraudulentas e corruptas das direções sindicais povoam a máquina sindical. Como dissemos, isso não se deve às características pessoais dos dirigentes, mas sim à penetração da política burguesa (governamental) no interior dos sindicatos que vem no sentido de obscurecer antagonismo entre os explorados e exploradores e anular o potencial de luta dos assalariados.

O professorado deve entender que a fraude eleitoral significa anular a vontade e a consciência daqueles que votaram e se aproveitar da baixa consciência política da maioria omissa. É preciso em cada escola que se denuncie a burocracia carreirista e politicamente corrompida. É preciso que os trabalhadores se coloquem pela convocação de uma assembléia para apurar as denúncias da Oposição e tomar medidas contra a sujeira eleitoral da burocracia.

### O POR foi o primeiro colocado na região Oeste de São Paulo

Para as eleições do Conselho de Representantes (CR), a região oeste realizou o pleito sem as urnas volantes. O POR, que defendeu o programa da chapa 3, compareceu às escolas com as idéias do programa revolucionário. A burocracia, corrente Articulação, procurou difamar as posições políticas do POR. Por todas as escolas combateram as consignas do Governo Operário Camponês e dos Tribunais Populares para julgar e punir os crimes e a corrupção da burguesia. Defenderam a linha da conciliação com o governo.

A vitória do POR na região Oeste expressa o trabalho de base e a confiança dos trabalhadores na fidelidade da militância porista ao programa de classe.

A Corrente Proletária na Educação divulgará um balanço completo do processo eleitoral. Participe do debate, que se realizará no dia 9 de junho, às 15 horas.

EDUCAÇÃO



# A campanha dos funcionários de escola (AFUSE)

A campanha salarial dos funcionários de escola começou em 1º de março. Este dia o Conselho Regional (CR) estava lotado, aproximadamente com 400 pessoas. A tendência de luta aparecia aí, muitos conselheiros descontentes fizeram propostas de greve. Porém, a proposta da diretoria da AFUSE acabou sendo majoritária: a negociação infundável por todo o mês de março. Isso levou à desmobilização da categoria.

Quando chegou abril, o dia 12, de paralisação, foi um fiasco. Nesse dia a direção propôs um calendário de manifestações em frente à Secretaria da Educação por regiões, apenas para

pressionar o governo a abrir negociações. Por fim negociou míseros 80 reais de prêmio e os assumiu como conquista da campanha salarial.

Agora procura dizer que a campanha salarial não acabou e propõe a pressão aos candidatos para poder manter a campanha salarial.

Para o funcionário de escola, esta política é vergonhosa. A diretoria fecha os olhos para os baixos salários, para as demissões e para a reforma de ensino do governo. Procura sempre nas reuniões do Conselho Regional eliminar o caráter das assembleias gerais. Tanto é que não convoca nenhuma.

Procura culpar trabalhadores por não participarem, como pretexto para conciliar com o governo, nos conchavos que só levam às migalhas.

Chega de política parlamentar!

Chega dessa diretoria conciliadora!

Chega de eternas negociações que só levam a migalhas!

Nossa tarefa é a construção de uma direção política independente do governo, dos burgueses e que coloque nosso sindicato para lutar!

## Eleição sindical

### Telefônicos do Ceará

#### Vence a direita sindical capitaneada pelo PT

Na última semana de maio ocorreram as eleições do sindicato dos telefônicos do Ceará. Concorreram duas chapas: "Telefônicos Em Luta" (chapa 1) e "Nova Onda" (Chapa 2). A primeira teve 427 votos e a segunda 1128.

A derrota eleitoral dos "Telefônicos Em Luta" significa um retrocesso para o movimento dos trabalhadores. Isso porque a "Nova Opção" tem claros compromissos com a burocracia patronal da empresa estatal. O que colocará o sindicato numa posição de dependência em relação ao Estado, anulando seu caráter de instrumento de luta.

Não foi por acaso que a direção da empresa, donos de empreiteiras a ela ligados e membros da Força Sindical jogaram peso no apoio à "Nova Opção". Não se limitaram a apoiar politicamente, fizeram uma verdadeira campanha de terror ameaçando diretamente os trabalhadores com demissões e chegaram a punir membros da chapa "Telefônicos Em Luta".

A admissão de métodos patronais, que inclui provocações de todo tipo, inclusive física, pela chapa 2, mostra bem o seu próprio programa. Um programa oposto ao da democracia operária e ao da luta de classes antiimperialista e anticapitalista. Um programa que se apóia na democracia burguesa, ou seja, no Estado capitalista, e que elimina a democracia dos trabalhadores no sindicato. Enfim, um programa adaptado ao capitalismo putrefato e auxiliar da ofensiva da burguesia contra as massas, a exemplo da desestatização, destruição da aposentadoria por tempo de serviço, quebra da estabilidade do funcionalismo, demis-

são em massa, congelamento dos salários, assassinato de camponeses etc.

A unidade entre burocracia estatal patronal e a chapa 2 se deu inclusive fisicamente. Na sua composição, estão presentes vários membros da alta cúpula da empresa, o que por si só indica o compromisso antioperário da "Nova Opção".

Ao contrário, a chapa 1, com todas suas limitações, expressava e expressa uma posição proletária, de independência de classe frente ao Estado e toda política burguesa de opressão. Em seu programa, defende abertamente que só com o fim do capitalismo, com a revolução e ditadura proletárias, será possível eliminar de vez a miséria e toda opressão de classe. O que quer dizer que o sindicato não deve se limitar às reivindicações econômicas, mas a partir delas e de sua defesa intransigente auxiliar a luta revolucionária contra o bárbaro capitalismo.

Essa divisória do programa da chapa "Telefônicos em Luta" com a "Nova Opção" foi o que de mais importante ocorreu na disputa sindical. Constituiu um marco, que deve ser sustentado por uma oposição revolucionária à direção pró-capitalista.

Os operários dos telefônicos logo verão as consequências da vitória da direita sindical capitaneada pelo PT reformista e seus aliados (CPS etc.). A derrota é apenas uma experiência que deve ser bem compreendida e acumulada para a constituição de uma fração revolucionária bem estruturada programática, ideológica e organizativamente. Os erros deverão ser bem estudados e os acertos deverão ajudar na continuidade da luta contra a nova direção pró-burguesa.

É preciso que os "Telefônicos Em

Luta" façam um bom balanço político e o discuta no seio dos trabalhadores. É agora que a consistência política e ideológica da corrente revolucionária será testada, tendo pela frente os adversários pró-capitalistas, que irão burocratizar o sindicato e eliminar os traços de democracia operária, conquistados pelos trabalhadores telefônicos.

#### Amigos entre a Chapa 1 e Chapa 2

O PSTU e o PART da Rosa da Fonseca e Maria Luiza Fontenele foram chamados a apoiar os "Telefônicos Em Luta", sob a base do programa classista e de sua composição proletária. A resposta foi a de que não poderiam se comprometer com nenhuma das chapas, porque tinham amigos nas duas.

Essa resposta reflete bem a política oportunista dessas correntes, que se dizem marxistas. Ao não se alinharem na polarização programática, em torno dos "Telefônicos Em Luta" contra a "Nova Opção", ficaram com os inimigos da democracia operária e do sindicato classista. "Muitos amigos", não?

Movimento Operário



# Onde desemborcará a fúria popular contra o governo burguês antinacional e esfomeador na Bolívia?

Estão à vista os conflitos de grande proporção que colocarão os rentistas, os professores, e os universitários. O governo procurará mantê-los separados.

Internacional

O conflito passado, que esteve longe de acabar em derrota e foi cínica e covardemente traído pela burocracia sindical, foi seguido por uma quase imperceptível oscilação entre o combate e a depressão. As massas se apressaram em descobrir novo canal para desembocar seu ódio antiburguês, que se concretizou no combate apaixonado contra a burocracia sindical traidora, que se apressou em se submeter à vontade governamental.

Quase de imediato ao último episódio visto da luta de classe, já aponta no horizonte um novo combate, que quase com certeza se dará no plano político superior ao da véspera. O ascenso revolucionário das massas retoma tudo o que teve de positivo o último conflito.

Já estão diante de nossos olhos três conflitos de grandes proporções:

O dos rentistas, que tantas provas já têm dado de seu radicalismo, compreende grande parte da população. Têm sido em-

purados a defender seu pão de cada dia e de maneira inevitável encarnarão os interesses vitais de grande parte da população.

Goni se dá conta das dimensões do embate social que se avizinha, de maneira inevitável, é por isso que se encaminha a conversar com os dirigentes rentistas para intentar concluir um acordo sobre a privatização da previdência social.

Os professores já se encaminham para a greve de fome e nada menos que os dirigentes das Confederações dos urbanos e rurais anunciam que o conflito irá se aprofundar, pois procuram nada menos que reverter um acordo firmado com o governo.

Os universitários (a educação superior atravessa uma profunda crise em todos os sentidos) persistem em seu anúncio de mobilizações em busca de um melhor orçamento e da defesa da autonomia. Quando escrevemos estas notas se espera que dentro de um par de horas se realizará um encontro das autoridades do sistema e o presidente Goni. Não temos de descartar que os de cima abaiquem a cabeça.

Sua generalização converterá o conflito em uma luta política. A tática deve consistir em generalizar a luta que seguramente estourará em um dos setores.

Em qualquer um dos três focos assinalados, o evidente é que haverá um conflito social. O universitário pode ser selecionado quase de imediato e a favor do governo.

O choque com o magistério aparece com contornos graves porque mostra o intento de desconhecer um convênio firmado entre burocratas sindicais de alto nível e o governo, porém, não temos de esquecer que o

motivo da discussão é de pouco valor (desconto por dez dias de greve).

Já dissemos que o radicalismo da burocracia é uma atitude forçada que procura neutralizar a arremetida dos professores trotskistas de La Paz e Cochabamba. Este dado nos autoriza a temer que estes mesmos traidores serão os bombeiros que apagarão o incêndio social.

A tarefa central deve ser a de generalizar a luta nem bem estoure em alguns dos setores. Também temos de neutralizar as negociações governamentais que buscam manter separados os diversos setores sociais, a fim de poder neutralizar os conflitos que de maneira isolada possam estourar.

Novamente o problema da direção: o ideal seria que os professores liderassem a luta, uma direção a partir das bases.

Este conflito explodirá quando a burocracia pretende neutralizar algumas direções e as bases que a combatem por as ter traído no último conflito. O agravamento da luta, pode precipitar uma nova derrota dos burocratas.

Novamente o problema da direção das massas está colocado. As diversas formas de luta exigem, para poder se impor, uma direção sindical revolucionária e com capacidade para vencer. O ideal seria que os professores pacenhos dirigissem a luta, porém sua materialização se torna difícil no momento. O que se tem de fazer é trabalhar já para colocar em pé uma nova direção a partir das bases combatentes. Os que lutam devem dirigir as ações. Neste caminho corresponde generalizar a experiência dos piquetes de greve.

Extraído de *La Colmena* nº 1427, escrita por G. Lora

## Pelo fim do embargo comercial ao Iraque! Fora o imperialismo do Oriente Médio!

A ONU autorizou o Iraque a vender 2 bilhões de dólares em petróleo, desde que seja trocado por alimentos. Por seis meses, o país poderá trocar 650 mil barris de petróleo por comida, desde que seja controlada e administrada pela ONU. O total arrecadado com as exportações de petróleo ficará com a ONU, que reterá uma parte dos pagamentos sob pretexto de "reparos de guerra". Trata-se de uma expropriação totalitária do imperialismo sobre a semicolônia, um golpe que submete ainda mais a nação oprimida.

A ONU, manipulada pelo imperialismo norte-americano, autorizou a exportação iraquiana pela falta de petróleo no mercado mundial, que estava pressionando os preços para cima. O imperialismo decidiu tornar esse problema em mais um mecanismo de opressão nacional: autorizou a venda de petróleo pelo Iraque, mas se garantiu para que não pudesse utilizar a venda do combustível para comprar armas.

O Iraque tinha na venda de petróleo o principal instrumento de comércio exterior. A derrota para os americanos na Guerra do Golfo foi acentuada com o embargo comercial, agravando terrivelmente as condições de vida da população local. O objetivo do embargo é criar uma situação insustentável para o governo local de Saddam Hussein, que os americanos desejam substituir.

O aumento do consumo mundial de petróleo obrigou a abrir exceção.

Os revolucionários se colocam sempre ao lado da nação oprimida contra o imperialismo. Defendemos o direito do Iraque fazer o que bem entender com o produto de suas exportações e rechaçamos o controle da ONU sobre seu comércio exterior, porque agrava a opressão sobre o país.

O imperialismo americano se opõe ao armamento dos outros países, mas concentra em suas mãos um potencial bélico que é capaz de destruir centenas de vezes o planeta inteiro. Utiliza esse potencial para se impor às nações oprimidas, como faz sempre, deslocando suas frotas para as proximidades dos países em guerra ou em crise. Fez isso ameaçando o Brasil (1964), Cuba, o Chile (1976), Haiti, Bósnia, Taiwan, invadiu o Panamá, Granada, Somália. Faz demagogia com o desarmamento, exigindo que ninguém tenha a bomba atômica ou monte exércitos aparelhados, a não ser ele mesmo. Assim se impõe militarmente, como seguro do poderio econômico. Por isso temos de defender o direito do Iraque se armar até os dentes se quiser, para se defender da opressão imperialista.

Fora o imperialismo do Iraque e do Oriente Médio!

Que as nações árabes decidam livremente sobre seus destinos!

